

POLÍTICAS PÚBLICAS EM ENVELHECIMENTO: AS CONTRIBUIÇÕES DA UNIVERSIDADE ABERTA À MATURIDADE

Autora: Ana Luiza Morais de Azevedo; Orientador: Alex Bruno do Nascimento

Universidade Estadual da Paraíba / Universidade Aberta do Brasil; analucg@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As Políticas Públicas são consideradas atividades, programas e ações desenvolvidas direta ou indiretamente pelo Estado, com parceria de entidades públicas ou privadas e que visam atender determinados direitos assegurados pela Constituição e reivindicados pela sociedade. O papel fundamental de tais Políticas é traçar metas para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público.

Ao longo dos anos a população está envelhecendo e aumentando sua expectativa de vida, parte dessa conquista deve-se a elaboração e implementação de Políticas Públicas voltadas para o bem estar físico, mental e social do indivíduo e da sociedade. Em decorrência disto, surge a necessidade de consolidar, cada vez mais, Políticas Públicas voltadas para essa nova realidade, que atendam a demanda de uma sociedade mais longeva. Daí, o desenvolvimento de políticas e programas que promovam o envelhecimento digno e saudável e que contemplem os direitos, as necessidades, as preferências e a capacidade das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, proporcionando o envelhecimento ativo e que adicione qualidade de vida, fortalecendo, assim, as políticas e programas de promoção de uma sociedade inclusiva e coesa.

Diante deste cenário atual, as Universidades Abertas para a Terceira Idade surgem como proposta de Políticas Públicas, no campo da educação, voltadas para o público idoso. Tais Universidades propõem-se a inserir o idoso em um processo educativo, criando uma cultura de envelhecimento com oportunidades de aprendizado, de convívio social e intergeracional, de cultura e lazer, favorecendo, assim, o seu processo de envelhecimento ativo. Baseada nesta perspectiva, a Universidade Aberta à Maturidade - UAMA foi implantada no ano de 2009, na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, como um curso de formação especial voltado para o público idoso, tendo como objetivo principal a melhoria da qualidade de vida de pessoas com 60 anos ou mais.

Portanto, o referido trabalho busca analisar as contribuições que a Universidade Aberta à Maturidade traz como Política Pública, na área da educação, voltada para o envelhecimento. Com as informações obtidas, pretende-se fazer uma breve explanação sobre Políticas Públicas e seu ciclo, descrever a importância das Políticas Públicas voltadas para o envelhecimento e adquirir um conhecimento mais profundo de como a Universidade Aberta à Maturidade funciona, seus objetivos e como esta contribui para o envelhecimento ativo e melhor qualidade de vida dos idosos.

METODOLOGIA

Considerando o objetivo do presente trabalho, relacionado à análise das contribuições da Universidade Aberta à Maturidade como alternativa de Política Pública, na área de educação, em envelhecimento, a metodologia utilizada foi baseada em um levantamento bibliográfico, envolvendo o estudo sistematizado do tema abordado. Além disso, desenvolveu-se também uma pesquisa de campo, do tipo qualitativa descritiva, cujas características são identificar e analisar dados não-mensuráveis, com objetivos exploratórios sobre o tema em questão. Foram utilizados como instrumentos de pesquisa, materiais publicados em livros, revistas, periódicos especializados, artigos, entre outros, sobre a referida temática. Também foi utilizada a coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas para transcrição e análise dos dados, junto aos sujeitos da pesquisa. A amostra foi composta por dez idosos, de ambos os sexos, com idade entre 64 a 83 anos, participantes e egressos da Universidade Aberta à Maturidade – UAMA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo destacou que as Políticas Públicas são ações desenvolvidas com propósito de transformar a realidade dos cidadãos, planejadas e executadas direta ou indiretamente pelo Estado, com parceria de instituições públicas ou privadas. As Políticas Públicas são elaboradas com o intuito de atender e garantir determinados direitos assegurados pela Constituição e reivindicados pela sociedade, e seu objetivo principal é traçar metas para alcançar o equilíbrio e o bem-estar da sociedade e o interesse público. Pode-se dizer que o processo de construção de Políticas Públicas refere-se às intenções do governo, traduzidas nos programas, projetos e ações, que irão produzir resultados ou mudanças desejadas na realidade dos cidadãos (SOUZA, 2003). Tais Políticas Públicas possuem um ciclo que é formado por fases que têm características específicas. O Ciclo de Políticas Públicas constitui “um processo dinâmico e de aprendizado” (SOUZA, 2006, p.29). Processos de aprendizagem política e administrativa encontram-se de fato em todas as fases do ciclo político, podendo haver contínuas transformações, reformulações e adaptações da política, programa ou projeto em questão. Todo esse processo possibilita dinamismo, transformação e aprendizado acerca de tais políticas. As fases do ciclo compreendem: a formação da agenda, a formação das alternativas e tomada de decisão, a implementação e a avaliação. Uma boa compreensão deste ciclo permite analisar decisões, mecanismos, estratégias, o comportamento dos diversos atores e vários outros fatores que envolvem o processo de produção das políticas, por isso é de suma importância entender de forma clara e precisa todo o processo pelo qual a Política Pública passa para o seu aprimoramento.

Constatou-se, também, que a expectativa de vida da população está aumentando e que, conseqüentemente, a população idosa vem crescendo ao longo dos anos. Uma nova tendência se forma, a de pessoas idosas mais autônomas, com participação ativa na sociedade, contribuindo com as questões sociais, culturais, econômicas e vários outros aspectos do meio em que vivem. Incluindo novas facetas às questões de longevidade, abrindo o leque de possibilidades de Políticas Públicas, em diferentes áreas, voltadas ao público idoso.

Diante do amplo cenário de políticas, programas ou projetos, em diversas áreas, referentes ao envelhecimento, vale destacar aqui, as políticas públicas voltadas para educação e inclusão social dos idosos.

Após a 2ª Grande Guerra Mundial, a Organização para a Educação, a Ciência, e a Cultura das Nações - UNESCO - passou a promover a educação não só de crianças e dos adolescentes, mas também dos adultos e dos idosos, mediante processos educativos ao longo de toda a vida e, estabeleceu os quatro pilares da educação, que se pautam no princípio de que: a educação deve levar as pessoas, desde a infância até o fim da vida, a um conhecimento dinâmico do mundo, dos outros e de si mesmos (LIMA, 2011, p.21).

Andrade et al. (2013) afirmam que muitos estudos sugerem a necessidade de inclusão da educação gerontológica desde a infância, até com os próprios idosos. A educação amplia as possibilidades, num movimento orgânico de ação-reflexão, sugere um ambiente de trocas, de empoderamento, de inclusão, de transformação da realidade individual e coletiva, conscientizando-os quanto à sua participação ativa na sua comunidade.

De acordo com este cenário faz-se necessário a consolidação e o fortalecimento de Políticas Públicas voltadas para a longevidade. Nesta perspectiva, a Universidade Aberta à Maturidade – UAMA surge como uma alternativa de Política Pública, na área da educação, voltada para o envelhecimento. Esta tem o propósito de oferecer conhecimento em diferentes áreas, a socialização e a troca de saberes intergeracionais a pessoas com idade de 60 anos ou mais; tendo como meta atender a demanda educativa de idosos, nas diversas áreas do conhecimento voltado para terceira idade e, assim, contribuir para a melhoria das suas capacidades: pessoais, funcionais e sociais, através de atividades educativas, culturais, físicas e de convívio social, favorecendo a melhoria da qualidade de vida dos idosos participantes.

Para identificar, comprovar e avaliar as contribuições da Universidade Aberta à Maturidade – UAMA foi feita uma pesquisa de campo com idosos participantes e egressos do curso. Em seus relatos, os idosos foram unânimes em dizer que procuraram ingressar na UAMA para terem uma rotina mais ativa e dinâmica, pois se sentiam muito ociosos. Segundo Carvalho (2007) a OMS refere-se à palavra “ativo” como o ato de participar continuamente das questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, e não somente à capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho, daí entende-se a necessidade dos idosos de buscar algo que os tornem mais ativos depois da aposentadoria.

A UAMA, segundo os relatos dos idosos, proporcionou um maior aprendizado, orientações para a vida, ampliou o leque de conhecimentos, possibilitou a socialização, o convívio e a troca de experiências, favorecendo o respeito mútuo e o respeito às diferenças. Os sentimentos de valorização, segurança e cuidado consigo mesmo, além do resgate de sonhos antigos, também foram destacados como contribuições importantes e relevantes na vida dos idosos. Tais relatos corroboram com Veras (2009) que diz que a formulação de qualquer política voltada aos idosos deve-se considerar a sua capacidade funcional, necessidade de autonomia, de participação e inclusão, de cuidado, de auto realização; com a possibilidade destas políticas atuarem em diversas áreas e contextos sociais e de elaboração de novos significados para a vida na idade avançada.

Em sua metodologia, a UAMA proporciona diversidade no aprendizado, buscando o crescimento intelectual e emocional, visando produzir melhoria e mudança nos aspectos biopsicossociais e culturais, aspectos esses que repercutem qualitativa e quantitativamente na qualidade de vida dos idosos participantes (CIEFAM, 2014). Muitas dessas características são citadas nos relatos proferidos pelos idosos participantes e egressos da UAMA, quando falam de ampliação de seus conhecimentos, inclusão, mudança na percepção de si mesmo e da realidade que os cercam, entre outros fatores.

Os relatos dos idosos entrevistados colaboram com a opinião de Andrade et al (2103) de que é necessário incentivar esta população a ir em busca de um movimento novo, capaz de colocar questões afetas à vida de todos os idosos, desenvolvendo, efetivamente, outra identidade para os mesmos, mostrando ao Estado e à sociedade que podem desempenhar papéis sociais até o fim de suas vidas, sendo ativos, produtivos e mais felizes. Participando das questões sociais e políticas, das universidades abertas, dos grupos de convivência, viajando, cantando, dançando, enfim, vivendo de forma plena, trazendo a política para um novo patamar e com um olhar diferenciado.

Portanto, diante do exposto e de acordo com os relatos proferidos pelos idosos participantes e egressos da Universidade Aberta à Maturidade, conclui-se que o referido curso apresenta-se como uma boa e viável alternativa de Política Pública, na área da educação, voltada para o envelhecimento, visto que proporciona aprendizado, socialização, inclusão, ampliação do conhecimento, mudança no estilo de vida, bem-estar, melhor qualidade de vida, entre muitos outros aspectos relevantes para a vida dos referidos idosos, atingindo, portanto, seus principais objetivos.

CONCLUSÕES

O presente trabalho possibilitou um breve estudo que contribuiu para ampliação do conhecimento sobre as Políticas Públicas, seu ciclo e a necessidade de consolidação e fortalecimento de tais políticas voltadas para o envelhecimento, dando destaque para a Universidade Aberta à Maturidade – UAMA, curso de formação especial, desenvolvido na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Os referidos assuntos foram abordados a partir de alguns conceitos centrais bem como da própria percepção dos idosos participantes e egressos da UAMA, com intuito de avaliar e identificar as contribuições da UAMA como Política Pública, na área de educação, em envelhecimento.

O referido estudo mostrou a necessidade e a importância do desenvolvimento de Políticas Públicas voltadas para o envelhecimento, devido ao aumento da expectativa de vida da população, bem como a adaptação de uma nova tendência de envelhecimento “ativo e saudável”, que busca a atuação de pessoas, com faixa etária de 60 anos acima, em vários aspectos da vida, levando em consideração a sua integralidade e objetivando a melhoria da qualidade de vida.

Diante desses aspectos, a Universidade Aberta à Maturidade – UAMA apresentou-se como uma Política Pública eficaz, voltada para o envelhecimento, visto que sua metodologia proporciona conhecimento, autonomia, socialização, mudança no estilo de vida, entre outros fatores que contribuem para a melhoria da qualidade de vida, e um envelhecimento mais ativo e saudável dos idosos participantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, L. M. et al. Políticas públicas para pessoas idosas no Brasil: uma revisão integrativa. **Ciência & saúde coletiva**[online], vol.18, n.12, p. 3543-3552, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&lng=pt&tlng=pt&pid=S1413-81232013001200011 Acesso em: 26/01/2015

CARVALHO, M. C. B. N. M. de. **O diálogo intergeracional entre idosos e crianças:** projeto “Era uma vez... atividades intergeracionais”. 2007. 123f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

COMISSÃO INSTITUCIONAL ESPECIAL PARA FORMAÇÃO ABERTA À MATURIDADE – CIEFAM, **Educação para o Envelhecimento Saudável**, Universidade Estadual da Paraíba, Universidade Aberta à Maturidade, Campina Grande, 2014.

LIMA, C. R. V. **Políticas públicas para idosos:** a realidade das instituições de longa permanência no Distrito Federal. 2011. 120f. Monografia (Especialização em Legislativo e Políticas Públicas). Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/Cefor. Brasília, 2011.

SOUZA, C. **POLÍTICAS PÚBLICAS:** questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

_____. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

VERAS, R. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. **Revista Saúde Pública**, v. 43, n.3, p.548-554, 2009.